



GT – 04: “Cidades médias e reestruturação urbana: tendências empíricas e desafios teóricos”

ESPACIALIDADES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM CIDADES MÉDIAS:

A construção de um método urbano crítico para a investigação de um fenômeno urbano urgente.

Leonardo Chiamolera Daudt¹
Universidade Federal da Fronteira Sul
leodaudt@estudante.uffs.edu.br

RESUMO: Este artigo expõe as bases teóricas e metodológicas por trás da investigação geográfica das espacialidades da população em situação de rua na cidade de Chapecó. Debateremos a importância da construção de estudos urbanos de viés crítico para cidades de porte médio. Na sequência é apresentada uma retomada histórica à presença da população em situação de rua no Brasil, assim como das iniciativas governamentais de controle e assistência a essa população. Em seguida, apresentam-se aspectos a respeito da emergência de políticas públicas instauradas nos últimos anos pelo poder municipal para o “amparo” dessas pessoas. Por fim, conclui-se expondo o caminho metodológico construído com o objetivo de possibilitar a construção de uma geografia urbana crítica, dando luz aos desafios e possibilidade para a investigação de temática com tamanha relevância na atualidade.

Palavras-chave: População em Situação de Rua; Cidadania; Direito à Cidade.

1. INTRODUÇÃO

O modelo de cidade altamente difundido atualmente, embasado na expansiva reprodução de uma estrutura urbana, produzida a partir de (e para) o modo de produção capitalista, não representa a totalidade da história das cidades. O projeto urbano transformou-se ao longo do tempo, acompanhando as lógicas sociais e econômicas dos

¹ Formado em Geografia pela UFFS. Mestrando do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFFS. Bolsista DS/CAPES.

diferentes períodos históricos. Mesmo entre tantas mudanças que ocorreram ao longo dessas transformações, desde o período de cristalização das cidades, passando pelo auge das cidades-Estado greco-romanas, o período de temor e insegurança marcado pela Idade Média, até chegarmos à marcante urbanização que acompanhou a expansão do capital industrial, fica evidente que a desigualdade social, política e econômica, proporcionada pelo privilégio de grupos sociais em detrimento do sofrimento de outros, sempre esteve presente a partir do escalonamento social de cada modo de produção.

A partir do entendimento destas desigualdades sociais, é possível identificar a causa para uma série de problemáticas percebidas na paisagem das cidades, marcantes no espaço urbano desde muito tempo, como é o caso da presença nas ruas de pessoas que se utilizam do espaço público para reproduzir seu modo de vida e suprir suas necessidades físicas e sociais. São pessoas que vivem privadas de seus direitos básicos, marginalizadas do convívio social e que em coletivo formam um grupo social completamente distinto dos demais agrupamentos tipicamente urbanos.

A população em situação de rua está presente nas cidades desde as pólis gregas, se resgataremos as histórias de Diógenes², por exemplo. Convivendo ao seu modo com os demais segmentos sociais e sobrevivendo à sua maneira no espaço público, estas pessoas constroem um outro significado para o espaço urbano, ao mesmo tempo que explicitam uma das realidades mais perversas da desigualdade socioespacial, em particular nos dias de hoje.

Ao ser um grupo social emblemático da configuração social urbana, sua presença nesse meio historicamente representou um problema para a gestão pública, que se preocupou muitas vezes em dispor legislações a respeito. Verdade seja dita, historicamente a preocupação esteve mais voltada ao controle e repressão da população em situação de rua que propriamente para o resgate de sua dignidade humana. Além disso, as demais organizações da sociedade civil também se demonstram engajadas com a temática. Associações, Organizações Não Governamentais (ONGs) e Igrejas, por exemplo, buscam através de iniciativas

² Na Grécia Antiga, escravos e estrangeiros não eram considerados cidadãos. Diógenes foi exilado de sua cidade natal, Sínope, e passou a viver como andarilho até que “fixou sua moradia” em um túnel na cidade de Atenas. Lá proporcionou algumas passagens marcantes da história grega.

filantrópicas colaborar com as pessoas que se encontram em situação de rua através da doação de alimentos e roupas.

Investigar as origens, as espacialidades e o modo de vida dessa população levanta uma série de debates e questionamentos referentes ao ideal de cidadania construído em nossa sociedade e como ele se manifesta de forma desigual. Diante disso, Santos (2020, p. 24) afirma que “nos países subdesenvolvidos, de um modo geral, há cidadãos de classes diversas, há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são”.

O tema aqui exposto está pautado principalmente no estudo das ideias de atrofamento da cidadania brasileira de Milton Santos e direito à cidade de Henri Lefebvre. Este último, em particular, tece uma crítica às transformações urbanas oriundas do processo de industrialização e fomenta a criação de uma nova ciência urbana embasada na reprodução do urbano voltado para a contemplação das necessidades sociais.

O reconhecimento do direito à cidade como um direito fundamental traz uma nova perspectiva para o pensamento sobre a transformação da qualidade de vida das comunidades urbanas desassistidas. Essa perspectiva se baseia na adoção de medidas sociais urgentes, tendo como fundamento a ideia de que o direito à cidade garante condições dignas à vida urbana e que cabe ao Estado o compromisso de erradicar a miséria e as desigualdades sociais no contexto urbano (Baldo, 2012).

Entretanto, a sociedade urbana organizada em torno da lógica econômica neoliberal (Harvey, 2003) parece incapaz de fornecer soluções efetivas para os problemas dessa natureza, uma vez que produz suas iniciativas a partir da compreensão da “condição atual das cidades como a expressão de leis trans-históricas de organização social, racionalidade burocrática ou eficiência econômica” (Brenner, 2018, p. 21). Desconsiderando o caráter político e ideológico que permeia a produção do espaço urbano, as medidas técnicas promovidas são apenas paliativas e mantêm o status quo. Nesse sentido, é crucial que os teóricos da área de urbanismo repensem as formas, estruturas e funções da cidade, levando em consideração as necessidades sociais, econômicas, políticas e culturais que emergem na sociedade urbana (Lefebvre, 2016).

Nessa perspectiva, reforça-se a importância da realização de pesquisas voltadas para a compreensão das problemáticas e fenômenos oriundos da implementação das infraestruturas e modo de vida urbanos, tratando-se da ciência geográfica, em especial numa abordagem teórica crítica. Essa abordagem revela as contradições resultantes do modo de produção capitalista e os processos de subalternização, marginalização e exclusão resultantes de sua reprodução espacial (Brenner, 2018). Aliando-se ao viés da Geografia Humanista de valorização das experiências e percepções de diferentes segmentos sociais a respeito da conjuntura espacial, é possível compreender que a pesquisa em andamento possui a capacidade de colaborar com a compreensão do processo de emergência, permanência e perpetuação da população em situação de rua no espaço urbano, a partir da investigação de suas espacialidades³.

Investigar a realidade dos fenômenos urbanos a partir desta perspectiva nos permite uma avaliação transversal das escalas espaciais que atravessam tais problemáticas de pesquisa, conforme afirma a Professora Jennifer Robinson “Lo que queremos es lograr una apreciación de la diversidad de experiencias urbanas y ser capaces de apreciar las formas particulares de ser urbanos que llegan a producirse en cualquier lugar.” (Vargas e Velázquez, 2006).

Nesse intuito, a autora defende que os estudos urbanos em muitos momentos tem concentrado suas atenções sobre os fluxos globais “más dinámicos, quizá los más visibles, los más poderosos, y en las ciudades que aparentemente serían más importantes” (Vargas e Velázquez, 2006). Deixando de fora uma série de mecanismos multiescalares de produção do espaço urbano que atuam sobre as demais cidades do planeta de maneira única, constituindo portanto a ideia da cidade como um território singular, verdadeiros conglomerados de atividades, ideologias, grupos socioeconômicos e políticos, relacionando-se, permeados por processos socioeconômicos globais, configurando portanto uma nova relação urbana.

Quando voltamos à compreensão do fenômeno urbano exclusivamente a partir de processos globais, recorre-se ao princípio que as configurações e processos que são presenciadas na realidade das “cidades globais”, se constituem no futuro dos processos que

³ Conjunto de ações e processos socioespaciais singulares de apropriação e uso dos recursos em determinado espaço geográfico, gerando novas relações de produção e poder (Colucci e Souto, 2011).

ocorrem hoje em outras cidades menores. Tal visão reforça uma visão “urbana dominante” neoliberal de compreensão do espaço urbano a partir do desenvolvimento e reprodução de uma cidade capitalista, financeirizada e, portanto, “global”, reforçando uma série de estruturas pilares das consequências destes processos, como por exemplo a desigualdade socioespacial e a gentrificação.

Desta maneira, o presente estudo pretende analisar as espacialidades da população em situação de rua em Chapecó (SC) com o intuito de compreender a inserção destes processos únicos da dinâmica urbana na realidade deste segmento populacional e seu modo de vida no espaço de uma cidade média em pleno processo de urbanização e crescimento urbano.

Neste trabalho, busca-se primeiramente apresentar a compreensão deste fenômeno urbano no Brasil, sua abordagem por parte das políticas públicas, assim como a retomada a trabalhos que já o analisaram espacialmente. No segundo tópico segue uma atualização a respeito da urgência e emergência desse debate nos últimos anos na cidade, tendo em vista uma série de iniciativas do poder público municipal de controle desta população. Em sequência, optou-se pela construção de um método de investigação pautado na construção de entrevistas semiestruturadas com pessoas e autoridades diretamente envolvidas com a questão da população em situação de rua na cidade de Chapecó, assim como de uma abordagem analítica capaz de cumprir com o objetivo principal de pesquisa, ou seja, compreender as diversas formas de ocupação do espaço por essa população, analisando as atividades diárias e as interações complexas que ocorrem entre diferentes lugares, trajetórias e intervalos de tempo.

Esta pesquisa também possui justificativa pessoal do autor, oriunda do seu contato direto com a população em situação de rua na cidade de Chapecó durante o período em que trabalhou como Cuidador Social na Casa de Passagem da cidade por seis meses, uma instituição da prefeitura que oferece abrigo e auxílio à população em situação de rua. Durante esse período, enquanto ainda era estudante de graduação em Geografia, surgiu o interesse pela investigação espacial da presença dessa população na cidade de Chapecó através do diálogo e relacionamento diário com os acolhidos, além das diversas outras experiências relacionadas ao trabalho em setores da Assistência Social.

2. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

Ao longo da história das cidades brasileiras, a presença da população em situação de rua sempre foi uma constante e tem sido regulada pelo Estado. Desde os tempos coloniais, homens que não se encaixavam na ordem senhor e escravo e não possuíam ocupações formais eram considerados "vadios" e forçados a trabalhos estatais semelhantes à escravidão, como a abertura de estradas ou minas de ouro. Durante o período imperial, a coroa portuguesa adotou uma política de erradicação da ociosidade e homens que não trabalhavam formalmente em alguma vila eram punidos pelo crime de "vadiagem". Mesmo com as mudanças sociais e urbanas ao longo dos séculos, incluindo a industrialização e a precária inserção do pobre no consumo de bens e serviços, a presença dos "vadios" nunca deixou de gerar conflitos no espaço urbano brasileiro (MIRANDA, 2016).

Desde os indivíduos marginalizados dos tempos coloniais até a população em situação de rua nas cidades atuais, a vida nas ruas gera incômodo para a sociedade, devido à ocupação desses espaços por essa população, incluindo marquises, calçadas, viadutos, praças e até mesmo cemitérios e sistemas de esgoto. Quando esse fenômeno subverte a lógica tradicional entre moradia e rua, entre espaço público e privado, torna-se mais evidente, sendo possível relacioná-lo com as problemáticas urbanas e a desigualdade socioespacial, merecendo maior atenção por parte dos cientistas do urbano (ROBAINA, 2015).

O entendimento das causas da situação de rua pode ser analisado por meio de três perspectivas enraizadas na compreensão social do assunto. A primeira delas se baseia na responsabilidade individual, considerando a situação de rua como um castigo merecido por uma vida desorganizada. Já a segunda perspectiva busca entender a influência da estrutura social e econômica do modelo capitalista, que reforça desigualdades e pode levar pessoas à margem dos direitos e da dignidade humana. Por fim, há uma terceira perspectiva que relaciona a situação de rua com tragédias e eventos extraordinários (ROBAINA, 2015). É importante frisar que estas perspectivas estão presentes nos discursos que tratam da situação de rua e nem sempre de forma isolada, mas sim de forma correlata, o que atesta a complexidade deste fenômeno.

Em geral, a presença da população em situação de rua nas áreas públicas gera conflitos e tensões sociais devido ao fato de muitos desses locais se tornarem pontos de referência para

essa população, seja como abrigo ou para a realização de atividades diárias (ROBAINA, 2015). A ocupação desses espaços acaba levando a interações com outros grupos populacionais que frequentemente reagem com intolerância, desprezo e até mesmo medo em relação a essas pessoas em situação de rua. Tais atitudes são reforçadas por lógicas espaciais que são consolidadas por meio de legislações e pela opressão estatal, que visam limitar a utilização do espaço público por essa população (SNOW e ANDERSON, 1998, apud ROBAINA, 2015).

O estudo da população em situação de rua no Brasil apresenta um grande desafio. Nem o censo demográfico, nem as contagens populacionais periódicas incluem essa parcela da população, o que é em parte compreensível diante da complexidade de contabilizar pessoas sem moradia fixa. No entanto, essa exclusão reforça o estigma de invisibilidade que prejudica a elaboração de políticas públicas efetivas para essa população, como o vivenciado pela dificuldade do Ministério da Saúde de disponibilizar um número adequado de vacinas para este grupo populacional durante a pandemia de Covid-19 (Natalino, 2023).

O ano de 2009 foi marcante e marcou o início de um lento processo de avanços em termos de políticas e estudos que atendam essa população. Neste ano foi promulgado o Decreto nº 7.053/2009, que instituiu a Política Nacional para a população em Situação de Rua (PNPR), que entre outras iniciativas, prevê a criação de estratégias para o levantamento deste segmento e a tipificação dos serviços de assistenciais sociais responsáveis pelo atendimento específico para este grupo. Neste mesmo ano foi publicada a pesquisa “Rua: Aprendendo a Contar” (Quiroga da Cunha e Rodrigues, 2009) que realizou o levantamento quantitativo em capitais brasileiras com mais de 300 mil habitantes. Nos anos seguintes, outros avanços foram marcantes, como a segmentação da população em situação de rua como grupo específico no Cadastro Único (CadÚnico) e o estabelecimento do direito ao atendimento do Serviço Único de Saúde (SUS) sem a necessidade de comprovante de residência (Natalino, 2023).

A mais recente estimativa publicada por Natalino (2023) apontou um total de 281.472 no Brasil para o ano de 2022 e levou em consideração como principal fonte de dados sobre essa população os dados disponibilizados pelas secretarias municipais de assistência social do

país através do Censo Suas⁴. Desde 2013 esses órgãos são obrigados a informar se realizaram ou não levantamento deste segmento populacional nos últimos 12 meses e, caso positivo, informar seus resultados para o Ministério da Cidadania através de um questionário online.

Além disso, o autor da pesquisa destacou a existência de estimativas municipais realizadas por outras instituições da sociedade civil, como aquelas produzidas por Organizações Não-Governamentais (ONG's) e movimentos sociais. Constatou-se que uma série destas estimativas divergiam das informações oficiais, mostrando dados superiores em número total de pessoas em situação de rua que aqueles disponibilizados pelo poder público. As estimativas que divergiam dos dados oficiais não foram consideradas para os resultados do estudo, mas alertam para um possível panorama de subestimação dos dados coletados e fornecidos pelos órgãos oficiais (Natalino, 2023).

Mais atualmente, o debate a respeito das iniciativas para o amparo a essa população voltou a ganhar destaque a partir do lançamento, no dia 11 de dezembro de 2023, por parte do governo federal, do Plano Nacional “Ruas Visíveis - Pelo direito ao futuro da população em situação de rua”, que institui a destinação de cerca de 982 milhões de reais para promover a efetivação do PNPR (BRASIL, 2023).

Em concordância com tal iniciativa, no dia 16 de janeiro de 2024, foi sancionada a Lei nº 14.821/2024, que Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua): “destinado a promover qualificação profissional, elevação da escolaridade, garantir direitos e ampliar chances de trabalho e renda para pessoas em situação de rua”, além de prever o fomento a ações de enfrentamento ao preconceito e discriminação desta população (BRASIL, 2024). Entretanto, vale ressaltar que cabe aos governos estaduais aderirem ou não às diretrizes da política.

3. A URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO DEBATE SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE CHAPECÓ (SC)

Chapecó é uma cidade situada na região Oeste do Estado de Santa Catarina, que abriga uma população de aproximadamente 254 mil habitantes em 2022, conforme o Instituto

⁴ Sistema Único de Assistência Social

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ela exerce forte influência na rede urbana da região e é classificada pelo REGIC (2018) como uma Capital Regional B. Além de ser um polo agroindustrial no Estado, Chapecó é também um centro de serviços de educação e saúde. Devido a essa configuração, a cidade é muito procurada por habitantes de municípios vizinhos e outras partes do Brasil, incluindo imigrantes haitianos e venezuelanos que buscam oportunidades de emprego e melhoria da qualidade de vida.

Atualmente a cidade ocupa o posto de quarta maior economia do estado de Santa Catarina (PREFEITURA DE CHAPECÓ, 2023), terceiro maior pólo gerador de empregos do estado e figura entre as cinquenta cidades brasileiras neste último quesito (PREFEITURA DE CHAPECÓ, 2023), o que é veiculado com destaque pelos meios de comunicação do governo municipal. O processo de crescimento urbano e econômico do município acompanhou o incentivo ao desenvolvimento do capital agroindustrial, o que historicamente gerou uma série de conflitos socioambientais que seguem a ocorrer (FACCO, FUJITA e BERTO, 2014).

Nos últimos anos o aumento de pessoas em situação de rua foi alvo de políticas públicas do governo do prefeito João Rodrigues (PSD), gerando uma série de debates, inclusive morais e éticos, sobre o enfoque dessas iniciativas. Entre estas destaca-se a campanha de internamento involuntário, deflagrada pela Prefeitura em um ação conjunta entre as Secretarias de Assistência Social e Segurança Pública com o título de “Operação Asfixia”, que propõe o encaminhamento de pessoas que estejam em situação de rua e dependentes químicos para “tratamento especializado”, mesmo sem o seu consentimento (PREFEITURA DE CHAPECÓ, 2022). Segundo veiculado pelos órgãos oficiais, no ano de 2022, cerca de 120 pessoas foram encaminhadas por meio deste programa para tratamento, destes, 43 já estariam “organizados” e encaminhados para retorno familiar e outros 39 teriam recaído (PREFEITURA DE CHAPECÓ, 2023).

Outra iniciativa pública voltada às pessoas em situação de rua na cidade foi a campanha lançada em julho de 2023 intitulada “Esmola não, futuro sim” que possui como slogan a frase “Você dá esmola e vai embora, quem recebe fica”. A campanha que conta com uma série de outdoors e placas espalhadas pela cidade, principalmente próximo aos semáforos, tem como intuito a “conscientização” da população da cidade contra a prática de doar dinheiro para as pessoas que encontram-se em situação de rua, entendendo que isto “incentiva as pessoas a ficarem nas ruas”. No evento de lançamento desta campanha foi

ressaltado pelas autoridades governamentais que as iniciativas do governo municipal seriam exemplo para o restante do país (PREFEITURA DE CHAPECÓ, 2023).

As iniciativas públicas citadas são demonstrativas de como essa problemática ligada à existência de pessoas em situação de rua na cidade tem sido alvo de preocupação, podendo ser entendido como algo que contrapõe este panorama de pleno desenvolvimento socioeconômico que abrange Chapecó e que é plenamente veiculado pelos órgãos oficiais. Além disso, aponta demonstrativos de que as políticas municipais entendem a situação de rua no município como diretamente atrelada ao uso abusivo de álcool e drogas.

Como resultado da “Operação Asfixia”, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou o Projeto de Lei Ordinária nº 20/2024, que institui o Programa “Mão Amiga: Resgate da Dignidade” que prevê entre suas ações a promoção de atendimento médico aos dependentes químicos que utilizam dos espaços públicos da cidade para o uso de entorpecentes e o estímulo à qualificação profissional para inserção destas pessoas no mercado de trabalho. Além disso, a Lei proíbe o consumo de drogas ilícitas nos espaços públicos, instituindo que aquele que descumprir tal norma esteja sujeito às sanções legais, entre elas o encaminhamento para internamento médico “mesmo quando a pessoa em questão não reconhece ou recusa tratamento voluntário” (CHAPECÓ, 2024).

Ações de internamento compulsório e involuntário de pessoas em situação de rua por parte do poder público, como possível solução para a problemática, não são nenhuma novidade no âmbito das iniciativas municipais no Brasil. É constante, e crescente, o número de municípios dos mais variados tamanhos, mas em especial de grande e médio porte, que tem compreendido esta como uma solução viável para o crescimento da população em situação de rua nas cidades, o que vem fomentando o debate a respeito da legitimidade destas iniciativas quanto a garantia do direitos humanos fundamentais deste segmento populacional e a falta de concordância de tais ações com a PNTC PopRua (SILVA e OLIVEIRA, 2024).

4. A CONSTRUÇÃO DE UM MÉTODO URBANO-CRÍTICO

Neste título, serão descritas as estratégias metodológicas selecionadas para alcançar os objetivos estabelecidos nesta pesquisa. Antes de apresentar as etapas definidas, é importante

destacar algumas das barreiras encontradas durante a revisão bibliográfica sobre estudos que abordam a população em situação de rua no Brasil.

Conforme Robaina (2015, p. 60):

“Com mais perguntas que respostas e diante das inúmeras pesquisas já realizadas, é fácil reconhecer que o fenômeno da população “em situação” de rua é extremamente complexo. Analisá-lo envolve múltiplas adversidades e, no caso da presente tese, não foi diferente. A primeira adversidade se relaciona ao conhecimento e às informações oficiais sobre esta população. Ainda que o Estado reconheça este segmento como uma população e, portanto, reconheça também a necessidade de produção de informações sobre a mesma, poucos são os dados oficiais existentes. Raros são os relatórios e dossiês. Mais raros ainda são os levantamentos, censos e estimativas.”

Tendo isso em consideração, passamos agora a apresentar as cinco etapas metodológicas delineadas para a investigação proposta destacando que essas etapas não são necessariamente sequenciais e podem ocorrer simultaneamente durante a sua execução.

A primeira etapa possui caráter teórico e tem como objetivo aprofundar a compreensão dos trabalhos acadêmicos já produzidos nacional e internacionalmente sobre a população em situação de rua. Para isso, será realizada uma pesquisa bibliográfica utilizando as palavras-chave "população em situação de rua", "morador(es) de rua", "mendicância", "direito à cidade", "homeless". Essa pesquisa será realizada de forma presencial nas bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), bem como de forma digital através de plataformas de bibliografia acadêmica como o Portal Scielo, Portal de Periódicos da Capes e Google Acadêmico.

A segunda etapa do processo consiste em realizar uma pesquisa documental com o objetivo de coletar informações e dados existentes sobre o assunto em nível municipal. Essa pesquisa será conduzida de forma presencial através de visitas aos órgãos públicos municipais, como a Casa de Passagem, o Resgate Social e a Secretaria de Assistência Social de Chapecó/SC, que atuam diretamente com sujeitos-objetos de pesquisa do projeto. Todos os serviços vinculados à Assistência Social do município registram seus atendimentos em um software chamado IDS, o qual registra e armazena os atendimentos e é capaz de formular relatórios com base neles. Para investigar a realidade do fenômeno na cidade, será necessário solicitar o acesso a esses dados junto à Vigilância Socioassistencial, os quais são

fundamentais para a pesquisa. Levando em consideração a Lei Geral de Proteção de Dados, os dados serão requeridos nos serviços públicos e utilizados mediante liberação da Vigilância. Nesta etapa, também será realizada uma investigação no acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, buscando em arquivos jornalísticos materiais que remetem aos primeiros registros ligados à população em situação de rua na cidade de Chapecó.

Após a coleta destes materiais, avançamos para a terceira etapa deste projeto: a análise dos dados e informações obtidos na etapa anterior. Nesta fase, o objetivo é filtrar e organizar as informações coletadas para realizar uma análise abrangente em nível municipal, estabelecendo um ponto de referência para a investigação em questão. Serão criados mapas, gráficos e tabelas que ajudem a estruturar os dados fornecidos pelos órgãos públicos municipais, facilitando a localização geográfica dos atendimentos realizados na cidade. Essa etapa tem como finalidade identificar com maior precisão as características que irão orientar os trabalhos de campo e as entrevistas que serão realizadas na etapa subsequente.

A quarta fase envolve a observação e registro da população em situação de rua na cidade de Chapecó/SC por meio de trabalhos de campo. Serão realizadas saídas para as ruas da cidade, preferencialmente nos locais em que essa população costuma se concentrar, que serão identificados com base nos dados complementares obtidos em etapa anterior. Para auxiliar neste momento, serão utilizados blocos de anotações, mapas da cidade e câmeras fotográficas para os registros. Além disso, esta fase visa investigar a realidade das ruas da cidade em comparação com os dados municipais coletados na segunda etapa e com os dados obtidos na quinta e última fase deste projeto.

A quinta etapa deste projeto é de caráter qualitativo e compreende a realização de entrevistas com pessoas e autoridades diretamente envolvidas com a questão da população em situação de rua na cidade de Chapecó. Dentre os entrevistados, serão convidados servidores municipais que trabalham em serviços de amparo a essa população, tais como a Casa de Passagem e o Resgate Social, incluindo coordenadores, assistentes sociais, psicólogos, cuidadores e monitores sociais, bem como outros colaboradores desses serviços. Além disso, dentro das possibilidades, serão entrevistadas pessoas que vivem em situação de rua na cidade, com o objetivo de aproximar-se o máximo possível da realidade e do modo de vida dessa população. Para tanto, será realizada a abordagem direta nas ruas ou nos serviços de

acolhimento, tomando todos os cuidados necessários para que a integridade psicológica e social dos entrevistados seja respeitada, assim como sua identidade preservada.

A escolha pelo uso de entrevistas se dá a partir da construção de uma pesquisa que busque a compreensão dos seres humanos como sujeitos sociais e históricos (Bakhtin, 2003), sendo esta uma metodologia que permite acessar “diferentes experiências, discursos e pontos de vistas” que fazem parte da construção da trajetória de vida dos sujeitos entrevistados, que neste projeto se constituem também em objetos de pesquisa. Além disso, deve-se também aos avanços da Geografia na compreensão do espaço geográfico como uma dimensão que vai além do externo aos seres humanos, mas também como uma construção “intrínseca e, portanto, condicionante dos modos de vida e das práticas espaciais dos sujeitos” (GÓES et al, 2022, p. 79).

Além disso, conforme afirma Turra Neto (2012), todo processo investigativo que não se apoia somente na obtenção de dados que estejam livremente disponíveis para direto tratamento, se constitui em um processo de produção de dados, sendo, portanto, a prática das entrevistas um importante instrumento para esse percurso. Como já comentado, devido ao panorama de invisibilidade social do grupo social foco desta pesquisa, esta produção se faz ainda mais relevante.

A consolidação dos métodos qualitativos nas Ciências Humanas, entre estes as entrevistas, perpassa uma caminhada epistemológica de resignificação dos “limites e potencialidades das interações entre pesquisadores e pesquisados” (Chizzotti, 2003), permitindo a concepção de pesquisas com um “caráter mais crítico, comprometidas com a transformação social e pautadas em dar voz aos grupos historicamente silenciados” (GÓES et al, 2022, p. 75).

A construção científica desta metodologia em destaque faz-se a partir de uma estruturação composta pela colaboração entre pesquisador e sujeito pesquisado, elaborando conjuntamente os “significados e sentidos expressos”. Desta forma, não se trata da compreensão dos dados construídos nos termos tradicionais, sendo necessária a elaboração de chaves interpretativas, entendendo que a real experiência vivida pelos sujeitos não podem ser estudadas de forma direta, mas sim uma análise dos discursos e das representações

formuladas a partir de “histórias, narrativas, relatos, performances, dramas, sentimentos e afetos” (GÓES et al, 2022, p. 75).

Para a efetivação dessa análise, optou-se pela estruturação das entrevistas a partir da elaboração de um roteiro que possui como premissa cinco dimensões empíricas da vida urbana: habitar, trabalhar, consumir, lazer e mobilidade. As perguntas das entrevistas estão agrupadas com base nestas cinco dimensões, contendo ainda uma sessão introdutória com questionamentos que busquem uma compreensão mais aprofundada a respeito da caracterização do usuário quanto a sua faixa etária, identificação étnico-racial, cidade de origem, entre outros aspectos relevantes.

Em um segundo momento da entrevista será proposto ao entrevistado que descreva sua “rotina em um dia normal”, buscando identificar “padrões” em seu cotidiano que possam fornecer indicativos de espaços frequentados e percursos realizados, levando em consideração todas as variáveis que incidem na possível “falta de rotina” das pessoas que se encontram em situação de rua. De acordo com as descrições de cotidiano coletadas, torna-se uma possibilidade a elaboração de material cartográfico que represente os fluxos diários de uma pessoa em situação de rua na cidade de Chapecó, os espaços ocupados para diferentes atividades cotidianas, trajetos percorridos e meios de mobilidade e interação social utilizados.

Após este momento, iniciará a entrevista estruturada nas cinco dimensões empíricas citadas. É importante ressaltar que, apesar de estar organizada nestas cinco dimensões da vida urbana do tempo presente, a pesquisa buscará preocupar-se com a trajetória histórico-geográfica dos entrevistados, o que pode implicar em perguntas que eventualmente surjam ao longo da entrevista e que podem tornar-se importantes para esse entendimento, uma vez que, para compreender a perspectiva de uma pessoa que se encontra em situação de rua, sua caminhada de vida torna-se um elemento chave, a partir da compreensão do espaço geográfico como uma construção histórica e um encontro de trajetórias, sendo o tempo importante fator para a ocorrência desta construção, conforme é possível aferir no seguinte trecho de Massey (2008, p. 97-98):

Se o tempo se revela como mudança, então o espaço se revela como interação. Neste sentido, o espaço é a dimensão social não no sentido da sociabilidade exclusivamente

humana, mas no sentido do envolvimento dentro de uma multiplicidade. Trata-se da esfera da produção contínua e da reconfiguração da heterogeneidade, sob todas as suas formas – diversidade, subordinação, interesses conflitantes. À medida que o debate se desenvolve, o que começa a ser focalizado é o que isso deve trazer à tona: uma política relacional para um espaço relacional.

Entende-se, portanto, que se faz necessário precisar de modo mais específico os métodos de análise a serem utilizados para a interpretação dos dados produzidos, com o intuito de contemplar os objetivos propostos. Para tanto, elegeu-se três categorias de análise, anteriormente propostas por Breton (2022) e adaptadas por Sposito e Catalão (2023), são elas: espaço-temporal, experiencial e inferencial.

Cabe ressaltar que a proposta analítica aqui apresentada não diz respeito a uma perspectiva fenomenológica, usualmente utilizada em metodologias qualitativas, pois aquilo que se busca compreender com esta pesquisa não é simplesmente a perspectiva individual do entrevistado, mas sim a cidade de Chapecó e sua relação com as pessoas em situação de rua que nela habitam, suas experiências e práticas espaciais.

Retomando as categorias de análise propostas por Breton (2022), a primeira delas, nomeada originalmente pelo autor como “temporal”, foi adaptada, como exposto por Sposito e Catalão (2023), para uma categoria “espaço-temporal”, de modo que contemple também a dimensão espacial dos acontecimentos narrados pelo entrevistado. Esta categoria ganha evidência nesta proposta analítica, pois seria sobre esta estrutura que outras se desenvolveram, formando um verdadeiro contexto, um “cenário”, para a interpretação de uma narrativa. Ou seja, observar a sequência das experiências vividas pelos entrevistados, como uma verdadeira “linha do tempo” de sua trajetória de vida.

A segunda categoria de análise proposta é intitulada experiencial, na qual as experiências descritas são analisadas de acordo com a importância que apresentam na narrativa do entrevistado. Sendo assim, a atenção deve voltar-se à repetição, acumulação, aceleração, desaceleração, saturação e transição impostas pelo entrevistado que nos

possibilitam identificar persistências, tendências, mudanças rápidas ou graduais e evidências de naturalização dos fatos.

A terceira categoria analítica, chamada inferencial, é proposta por Breton (2022) a partir da observação das interpretações produzidas pelo entrevistado sobre os fatos narrados, seja por meio de “associações lógicas”, seja por meio da expressão de tensões na narrativa.

Após a conclusão das cinco etapas descritas, acredita-se que haverá dados e informações suficientes para atingir os objetivos da pesquisa proposta. No entanto, é importante destacar que, de acordo com autores que já trabalharam com a temática, a aproximação e o diálogo com as pessoas em situação de rua podem ser difíceis devido à imagem estigmatizada dessa população, muitas vezes descrita como violenta e perigosa (Robaina, 2015). Portanto, a realização de entrevistas com pessoas em situação de rua na cidade pode ser uma possibilidade remota, dependendo das oportunidades apresentadas durante a etapa de entrevistas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Carregando os ensinamentos do célebre geógrafo Milton Santos, resgata-se, a partir desta investigação em andamento, as veias sociais da ciência geográfica, uma ciência que se preocupa em construir seus conhecimentos a partir da análise da realidade (Furlan, 2022), constituindo um olhar geográfico a respeito dos problemas sociais produzidos pelos desenvolvimento do capitalismo.

Diante do exposto neste artigo, compreende-se que esta pesquisa possui condições de colaborar com a construção de conhecimentos fundamentais relacionados à existência e permanência da população em situação de rua em Chapecó contribuindo como ponto de partida para a formulação de novos estudos e iniciativas urbanas voltadas para a compreensão dos fenômenos existentes na cidade sob uma perspectiva crítica, levando em consideração o panorama multiescalar e interdisciplinar desta problemática.

Compreende-se também que a partir de uma abordagem humanística, será possível trazer a tona o caráter emergencial humanitário do modo de vida das pessoas em situação de rua através da construção de suas espacialidades, além da importância do resgate de um

sentido de cidadania plena por parte dessa população historicamente desassistida que apresenta amplo crescimento nas cidades brasileiras, em especial após o negacionismo relacionado aos impactos da pandemia de Covid-19 na realidade socioeconômica da população.

6. REFERÊNCIAS

- BALDO, I. J. Direito à cidade: uma possibilidade real a partir do acesso à moradia digna e sua função socioambiental. Curitiba: Multideia, 2012.
- BAKHTIN, M. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BRASIL. Lei nº 14.821, de 16 de Janeiro de 2024. Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2024.
- BRETON, H. L'enquête narrative en sciences humaines et sociales. Paris, Arman Colin, 2022.
- CHAPECÓ. Lei n. 20, de 2024. Institui o Programa "Mão Amiga: Resgate da Dignidade". Chapecó: Câmara Municipal, 2024.
- CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: Evolução e desafios. Revista Portuguesa de Educação, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.
- COLUCCI, D. G., e SOUTO, M. M. M. (2011). Espacialidades e territorialidades: conceituação e exemplificações. Revista Geografias, 7(1), 114–127. <https://doi.org/10.35699/2237-549X.13312>
- FACCO, J., FUJITA, C e BERTO, J. L. Agroindustrialização e urbanização de Chapecó-SC (1950-2010): Uma visão sobre os impactos e conflitos urbanos e ambientais. Redes. Revista do Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 1, p. 187-215, jan./abr. 2014. Disponível em <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552056833011>>. Acesso em: 17/11/2023.
- FURLAN, S. A. Milton Santos e o engajamento social da geografia. In: ARROYO, M e SILVA, A. M. B. Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos. São Paulo: FFLCH/USP, 2022.
- SILVA, S. G., & OLIVEIRA, R. de M. e. (2024). A CRACOLÂNDIA SOBRE O VIÉS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: UM ESTUDO SOBRE A DIGNIDADE DA PESSOA

HUMANA VERSUS A SEGURANÇA SOCIAL. Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação, 10(4), 1761–1778. <https://doi.org/10.51891/rease.v10i4.13554>

GOÊS, E. M. et al. Entrevistas com cidadãos: perspectivas para a análise das práticas espaciais sob a lógica fragmentária. In: GÓES, E. M e MELAZZO, E. S. Metodologia de pesquisa em estudos urbanos. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022.

GOVERNO FEDERAL. Plano Nacional Ruas Visíveis: pelo direito ao futuro da população em situação de rua. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/governo-federal-lanca-201cplano-ruas-visiveis-pelo-direito-ao-futuro-da-populacao-em-situacao-de-rua201d-com-investimento-de-cerca-de-r-1-bilhao/copy2_of_V3_plano_acoes_populacao_de_rua1.pdf. Acesso em: 04 ago. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Regiões de Influência das Cidades. 2018. Disponível em: <<
<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728> >>. Acesso em 07/05/2023.

IBGE. População de Chapecó. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/panorama>. Acesso em: 07/05/2022.

LEFEBVRE, H. O Direito à Cidade. Itapevi, SP. Nebli: 2016.

MIRANDA, N. C. J. População de rua em Salvador: territórios e direito à cidade. UFBA. Salvador, 2016.

NATALINO, M. A. C. Nota Técnica n. 73 (Disoc): Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2020). IPEA: Brasília, 2020. Disponível em: <<
https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10074/1/NT_73_Disoc_Estimativa%20da%20populacao%20em%20situacao%20de%20rua%20no%20Brasil.pdf >>. Acesso em: 03 ago. 2024.

PREFEITURA DE CHAPECÓ. Chapecó lança campanha internamento involuntário. Disponível em <<https://www.chapeco.sc.gov.br/noticia/5090/chapeco-lanca-operacao-internamento-involuntario>> Acesso em: 17/11/2023

PREFEITURA DE CHAPECÓ. Chapecó se mantém como quarta economia de SC. Disponível em

<<https://www.chapeco.sc.gov.br/noticia/5620/chapeco-se-mantem-como-quarta-economia-de-sc>> Acesso em: 17/11/2023

PREFEITURA DE CHAPECÓ. Operação Internamento Involuntário encaminhou 120 pessoas para tratamento em 2022. Disponível em <<https://www.chapeco.sc.gov.br/noticia/6510/operacao-internamento-involuntario-encaminhou-120-pessoas-para-tratamento-em-2022>> Acesso em: 17/11/2023

PREFEITURA DE CHAPECÓ. Chapecó é o 3º município de SC e o 41º no Brasil em geração de empregos. Disponível em <<https://www.chapeco.sc.gov.br/noticia/7021/chapeco-e-o-3-municipio-de-sc-e-o-41%EF%B F%BD-no-brasil-em-geracao-de-empregos>> Acesso em: 17/11/2023

PREFEITURA DE CHAPECÓ. Prefeitura de Chapecó lança campanha contra esmola. Disponível em <<https://www.chapeco.sc.gov.br/noticia/7274/prefeitura-de-chapeco-lanca-campanha-contra-esmola>> Acesso em: 17/11/2023

QUIROGA DA CUNHA, J. V.; RODRIGUES, M. (Org.). Rua: aprendendo a contar – Pesquisa Nacional sobre a População de Rua. Brasília: MDS, 2009.

ROBAINA, I. M. M. Entre mobilidades e permanências: uma análise das espacialidades cotidianas da população em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro. UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

ROBINSON, J. “Ciudades ordinarias”. [Entrevista concedida a] VARGAS, A. G. e VELÁZQUEZ, P. R. Población y Sociedad, Santa Rosa, nº 12/13, p. (207-230), 2005-2006.

SANTOS, M. O espaço do cidadão. 7 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SPOSITO, M. E. B e CATALÃO, I. Da metodologia de pesquisa à análise do processo de fragmentação socioespacial em cidades brasileiras. No prelo, 2023.

TURRA NETO, N. Pesquisa qualitativa em Geografia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS (ENG), 12., Belo Horizonte, 22-28, jul.2012. Anais... Belo Horizonte: Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), 2012.

